



Comunicação, Política e Cultura no Hip Hop: os Desafios da Esfera Pública

Ariadne Freitas BIANCHI DE OLIVEIRA¹

Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

O hip hop, em sua forma de expressão cultural, pode ser uma ferramenta de transformação social e, devido a isso, perpassa até mesmo esferas políticas e de comunicação, dando origem a novos espaços, considerando a pluralidade do movimento. Por meio desse artigo, vamos debater essas questões levando em conta novas formas de organização social por meio de uma reflexão teórica, bibliográfica, com objetivo de entender melhor como, ou se, o hip hop amplia a esfera pública por meio de suas manifestações estético-culturais. Podemos nos surpreender com o alcance do hip hop, sendo assim nesse estudo e podendo no futuro ser um dos mais significativos entre os movimentos sociais. O que representa em suas manifestações um todo, aumentando a participação dos jovens nos mais diversos espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Hip Hop, Esfera Pública, Cultura, Comunicação, Política.

INTRODUÇÃO

O Hip Hop, que surgiu em Nova Iorque, Estados Unidos, na década de 70, iniciou sua trajetória no movimento negro. Marcado por ser um movimento que tem muito mais que apenas dança, ele é composto por elementos como no rap o MC (Mestre de Cerimônias), o DJ (disc-jockey – operador de discos), o Break (dança) e o Graffiti (artes plásticas), mas tem sua importância baseada na possibilidade de unir arte, cidadania e dar voz aos subalternos.

Porto-riquenhos e jamaicanos, fugindo da situação política e econômicas de seus países levaram consigo uma bagagem artística, principalmente a de rua, para compartilhar também nos guetos com os afro-estadunidenses. Segundo Kellner (1995, p. 231) os governos conservadores negligenciaram negros e pobres naquela época.

No Brasil, o movimento inicia-se na década de 80, mais precisamente na cidade de São Paulo. As primeiras letras de rap abordavam o tema crítico-social e falava sobre a

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Estudante de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Participante do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI), email: ariadnebianchi@gmail.com



violência da metrópole. Letras sobre pobreza, racismo e injustiças sociais foram produzidas a partir apenas do final da mesma década. Hoje o movimento tem várias vertentes, como Gospel, Feminino, Radical, Social, Gangsta, e, mais recentemente, misturas como a Indígena, Nordestina e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero).

A Nação Hip Hop Brasil (NHHB), em site oficial, define-se como uma organização sociocultural e também faz parte na história do hip hop no Brasil. Em sua definição, falam sobre o avanço da década de 80 e 90 nas lutas sociais do hip hop e dizem que os motivos para lutar ainda são os mesmos, mas as “armas” usadas precisam de mais poder: “e não podemos nos contentar em apenas reproduzir uma sociedade extremamente individualista, machista e racista”, complementa o texto.

Isso reflete nos pensamentos de Jürgen Habermas (2003) em um debate sobre esfera pública. Para ele, “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (Habermas, 2003, p. 92). Para o autor, a esfera, então, se reproduz por meio do “agir comunicativo” e está em sintonia com o cotidiano e a sociedade civil, que é composta por movimentos, organizações, que detém problemas sociais de esferas privadas, os condensam e transmitem a esfera política, ou seja, institucionaliza esses discursos os transformado em questões de interesses gerais. O autor diz que um indivíduo faz parte de uma esfera pública quando portador de uma “opinião pública”.

Dentro de novas redes, envolvidas em questões políticas do cotidiano, por exemplo, os jovens participantes do movimento podem criar novas resignificações de tempo e espaço. O hip hop, então, amplia a esfera pública por meio de suas manifestações estético-culturais, isto é, ele aprimora a participação dos jovens? Este artigo faz uma reflexão teórica político-cultural a respeito do caso.

Pluralidades do Hip Hop

Para Geertz (2008, p. 4) a cultura é o modo de vida global de um povo em que se baseia, entre outras coisas, no “legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir, acreditar; (...) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens (...)”. Vale destacar que o hip hop,



além de cultural e estética, é uma manifestação, sobretudo, política. O campo estético, no entanto, pode servir como lugar de afirmação e ações políticas dentro das atividades culturais:

Na emergência de novas redes sociais os jovens revelam-se como protagonistas ao atuarem por meio de projetos estético-culturais e ações coletivas inseridas em micropolíticas cotidianas, em especial as inseridas nas tramas urbanas; o caráter difuso, localizado e de curta abrangência desta participação dificulta a identificação de narrativas mais homogêneas e possibilita a emergência de jovens polifonias contemporâneas. Alguns pesquisadores objetivam compreender o sentido dessas redes que, com propostas experimentais e alternativas, elaboram resignificações dos espaços e tempos vividos. Neste contexto, a reflexão sobre o sentido do público e das formas de apropriação pelos coletivos juvenis dos espaços das metrópoles aponta para alternativas em que o fazer cultural e político se encontra articulado. (Borelli & Oliveira, 2010, p. 66).

Cultura, portanto, não se separa da política, já que “(...) é possível dizer que o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os seres humanos realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’.” (Gramsci, 1966, p. 48).

Dentro desse contexto histórico, sua relação com os mais diversos movimentos, como o negro, feministas, ONGs, é possível aproximá-lo ainda mais de características nesses campos citados. Essa relação também do sujeito formado pelo núcleo interior e exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público (Hall, 2002, p. 11), faz com que seja considerado um sujeito pós-moderno, fragmentado, composto por “várias identidades” e essas modificações são características de sociedades modernas.

O autor afirma ainda que há com o impacto do “global” um interesse também pelo “local”. Para o autor, deveria se pensar, sim, em uma nova articulação entre o “global” e o “local”, em novas identificações. Nisso, do que ele chama de terceira consequência possível da globalização, ele cita como exemplo o *Black* nos anos 70, que mesmo sendo considerada uma identidade pela cultura dominante, tem suas pluralidades a frente de outras diferenças culturais. Na perspectiva de Richard (2005, p. 24), “apesar de ter sua estrutura original formada nos EUA, a cultura do hip-hop é característica de cada nação e o movimento sempre tende a retratar a realidade local”.

Se buscarmos dados em suas origens, entendemos que o hip hop não é puro, portanto, relacionado ao hibridismo cultural, que para Canclini (2011), pioneiro neste estudo, possibilita um encontro entre diferentes culturas dentro de uma prática. Na América Latina, os processos da diáspora (migrações multidirecionais), descolecionamento (fins de bens colecionáveis) e desterritorialização (transnacionalização dos mercados simbólicos) ajudam a



explicar o movimento dentro do hibridismo. No caso do hip hop, da África vieram influências na dança, da Jamaica os aparelhos de sons na rua e dos americanos a produção cultural e nos guetos, então, foram surgindo os primeiros espaços ocupados pelos grupos de hip hop. Depois vieram outros:

O final da década de 1960 e início da década de 1970 são marcados por inúmeros movimentos que lutam pelos direitos civis da população negra e contra o racismo. O hip-hop surge neste contexto como uma forma de sociabilidade e mobilização política através da arte e da cultura, principalmente da juventude. São criados espaços de encontros, diversão e lazer onde a sociabilidade, a mobilização política e a produção de uma identidade andam juntas. Tais espaços são públicos (ruas, praças, quadras de esporte) ou privados (bares, clubes e boates) e neles se desenvolvem as festas e os bailes de hip-hop, onde *rappers*, grafiteiros e *b.boys* (dançarinos de *break*) irão se encontrar. É nesses espaços que o hip-hop, enquanto movimento político-cultural, começa a tomar forma. (Rodrigues, 2011, p. 106).

No hip hop, os sujeitos buscam potencialidades, possibilidades, visibilidade diante de um mundo marcado por individualidade, preconceito e racismo. Criam, assim, formas de participação na esfera pública, de intervenções urbanas:

As distintas formas de ações protagonizadas por pessoas do universo hip-hop têm tido como consequência: a criação de outros itinerários possíveis para os sujeitos silenciados e subalternizados em nossa história; a transgressão e redefinição de padrões normativos inscritos nas paisagens como os grafites; a instauração de espaços de referência identitária para a cultura negra; a difusão pelas redes, tanto global (Internet) quanto local (rádio comunitária), formas de protesto e de criação negra e periférica. (Oliveira, 2011, p. 102).

Esfera Pública

Habermas acredita que os assuntos devem ser publicamente discutidos e compartilhados na linguagem do cotidiano. Para o autor, ainda que se discutam questões coletivamente, as decisões, até chegarem a um consenso, ficam nas mãos da administração governamental, ou seja, a comunicação também parte do centro (governo) para a periferia. Alguns autores criticaram a obra *Mudanças Estruturais* por ele falar sobre a esfera pública burguesa e esquecer o proletariado. Após esse fato, ele faz uma retratação em um ensaio onde relata sobre os meios.

Apoiando-se em uma literatura sobre associativismo e democratização, nos moldes de Cohen e Arato e John Keane, Habermas endossa o papel dos movimentos sociais e associações voluntárias. Na produção de discursos públicos, a fim de “revelar tópicos de relevância para toda sociedade, interpretar valores, contribuir para a resolução de problemas, gerar boas razões e desafiar as más”. (Maia, 2009, p.55).



Habermas (2003) mostra ainda em seus estudos uma diferença entre esfera pública e privada. Segundo o pensador, a esfera privada garante ao indivíduo “intimidade” enquanto a esfera pública garante a ele publicidade. Nessa última, existem ainda três tipos, mesmo assim ligadas, dominadas pelos meios de comunicação de massa: as episódicas (com encontros em bar ou rua, por exemplo), a organizada (encontros de públicos em associações) e a abstrata (mídia que une consumidores em nível global). O público, no entanto, eram exclusivamente homens e da elite. Mesmo legítimos, os interesses eram voltados para a classe dominante. Nesse sentido, o trabalho político estaria visível, mas e os outros sujeitos?

Coelho & Nobre (2004) nos ajuda a pensar sobre isso. De acordo com o autor, os discursos possuem capacidade de desestabilizar resultados coletivos e isso pode acontecer com a afirmativa de que “avanços discursivos também podem ser medidos na prática do cotidiano, em contestações feitas e resistidas no âmbito dos lares, em locais de trabalho, em salas de aula e alhures”.

Voltando a análise de Habermas, no século XIX, a imprensa passa a ser comercial, com interesses mercadológicos. No século XX, a televisão passou a aliar informação e entretenimento. Aspectos esses que colaboraram para as mudanças pelo espaço público, segundo Gueges (2010, p. 5):

A publicidade comercial invadia a esfera pública, facilitada pelo alcance e eficácia dos meios de comunicação de massa e pela penetração, naquela esfera, dos interesses privados organizados. Os *mass media* localizavam-se na esfera do intercâmbio de mercadorias, o que denotava a orientação econômica do mercado e os tornavam mais vulneráveis aos interesses privados.

Segundo a autora (Guedes, 2010) é a partir da obra “Direito e democracia: entre facticidade e validade”, que Habermas “passa a enfatizar uma concepção de público pluralista, capaz de elaborar resistência às representações dos meios de massa e de criar suas próprias intervenções”. Isso passa, então, a considerar as esferas públicas alternativas e periféricas. O espaço público, passa, principalmente com os avanços tecnológicos, pela “desterritorialização”, uma vez que os envolvidos já não precisam mais de um espaço físico para debate. Mudaram, então, os espaços comunicacionais.

Rezende (2005 *apud* Guedes, 2010) afirma que o espaço público contemporâneo significa a negociação de saberes, onde forças e interesses são regidos pela comunicação, onde conflito e negociação são iminentes:

Isso porque, para o autor, a esfera pública é o espaço de negociação entre os sujeitos-narradores das histórias contemporâneas. Ele nasce e sobrevive das relações entre o sujeito Estado e outras formas de poder – o mercado, os



comunicadores, os meios de comunicação, os movimentos sociais. O conflito rege a contemporaneidade, porque, ao contrário da sociedade das massas, onde os sujeitos não são atores, já que não têm capacidade de ação, “[...]o homem contemporâneo se faz sujeito exclusivamente pela via da ação[...]” (Rezende, 2005:185), tem voz ativa, trazendo consigo divergências e desacordos. (Guedes, 2010, p.9).

No Brasil, o fato é que os grupos ainda enfrentam dificuldades de levar a voz na grande mídia e o hip hop torna-se uma comunicação alternativa nesse sentido. Segundo Moassab (2011), “o hip hop é uma forma de vida, de conhecimentos, de resistências, forma criativas de novos mundos (...)” e a sua criação “constitui uma resposta a violência”. Em seu estudo, a autora coloca no centro da investigação, ainda, que essa “resistência deve ser entendida como comunicação”, além da busca por uma existência mais digna. Para Gramsci, esse tipo seria chamado de comunicação contra-hegemônica.

O processo de reconstrução de identidades, desenvolvido pelo movimento hip hop nas sociedades onde ele se insere, dá origem à constituição de um novo patamar urbano de organização social que leva em consideração as pluralidades, as diferenças, as dicotomias que formam e caracterizam os processos de construção de uma verdadeira sociedade democrática e igualitária. (Hall, 2003; Lindolfo Filho, 2002, *apud* Ribeiro, 2007)

Homi Bhabha (2001) compreende como processos permanentes de negociação as identidades culturais, entre diferenças toleráveis e intoleráveis. O autor explica que quer chamar atenção para elementos antagônicos e oposicionais existentes em movimentos políticos. Para ele, compreender limites epistemológicos significa também compreender as “fronteiras enunciativas” de tantas outras vozes. “Precisamos de uma articulação um pouco menos piegas do princípio político (em torno de classe e nação) e de uma dose maior do princípio de negociação política” (Bhabha, 2001, p.55, *apud* Backes). Bhabha afirma que interculturalmente não são tradições ou traços biológicos, étnicos, que estão em jogo, mas que a negociação é complexa referente a diferença da minoria.

Uma das possíveis respostas para a negociação dessas identidades pode ser elaborada nas experiências do entre-lugar. O espaço do entre-lugar parece um lugar que possibilita a revisão dos princípios de estruturas cristalizadas de unidades. O entre-lugar, para o autor, seria o local da cultura. É importante destacar que Bhabha (2001) considera a diferença cultural e não diversidade cultural. “A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade”, enquanto “a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural”. O autor, nesse mesmo texto, ainda afirma que:



(...) O intelectual nativo que identifica o povo com a verdadeira cultura nacional ficará desapontado. O povo é agora o próprio princípio de “reorganização dialética” e constrói sua cultura a partir do texto nacional traduzido para formas ocidentais modernas de tecnologia da informação, linguagem, vestimenta. O novo lugar de enunciação político e histórico transforma os significados da herança colonial nos signos liberatórios de um povo livre e do futuro. (Bhabha, 2001, p. 68)

O que Bhabha parece traduzir é que mesmo seres híbridos, que seríamos todos nós, desencadeiam processos discriminatórios e que, ao invés de entender nossa forma intercultural passou por situações como os extermínios, por exemplo, de povos indígenas. Sempre estivemos, então, em mundos que passaram por mudanças, transformações, portanto, as identidades estão sempre em processo de negociação.

Nova esfera pública

Para alguns autores, a internet pode ser considerada uma alternativa, bem como uma nova esfera pública, enquanto para outros, seria uma ilusão, já que não teria ocorrido nenhum fato que prove sua eficiência diante das discussões.

O cerne do desafio que se coloca à comunicação não é técnico, tem antes a ver com a compreensão das relações entre os indivíduos (modelo cultural) e entre estes e a sociedade (projecto social).[...]O essencial da comunicação não é de ordem técnica, mas de ordem antropológica e cultural, e é por essa razão que o desempenho das tecnologias nunca poderá substituir a lentidão e as imperfeições da comunicação humana[...]. Fala-se, por exemplo, da democracia electrónica para compensar a crise de participação política.[...]A maior parte da vezes, atribui-se à tecnologia a capacidade para resolver um problema social ou político[...]" (Wolton 1999 pp.174-175 *apud* Guedes, 2010)

Manuel Castells, no entanto, em seu texto *The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance*, enfatiza a esfera pública não apenas como lugares, físicos, socioespaciais, ou como mídia, mas também como lugar em que existe o debate público, entre as mais diversas formas. A capacidade de mudança continua dependendo do indivíduo, já que a nova esfera pública vem acompanhada de mudanças tecnológicas, fortes e independentes dos meios, mas a capacidade e o intelectual é que conta na mudança da mente do público.

Castells, em *Redes de indignação e esperança*, os movimentos espalharam-se pelo mundo, contradizendo, então, as palavras de Wolton. Para o autor, isso aconteceu em um mundo ligado pela internet e caracterizado pela divulgação viral (rápida) de imagens e ideias, com início na Tunísia e, no Brasil, temos o exemplo das manifestações de junho de 2013. Os



motivos, para o autor, não forma apenas crises econômicas ou falta de democracia, foi uma “rebelião multifacetada”.

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e quando necessário pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (Castells, 2012, p. 9 e 10)

Castells acredita que houve uma mudança fundamental na comunicação, ao que ele chamou de auto-comunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital (Castells, 2012). Para o autor, isso se tornou comunicação de massa porque “processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo”. Esse novo espaço, autônomo, permitiria que o movimento social se relacionasse com toda sociedade, sendo detentor do poder, sobre o poder da comunicação.

As oficinas de hip-hop se podem ser consideradas um espaço de manifestação dessa cultura, seja ela na rua ou com a utilização do ciberespaço, de equipamentos tecnológicos, seja por meio dos elementos do movimento ou até mesmo por questões políticas e cidadãs. O hip hop é considerado, no entanto, um movimento que leva para rua suas potencialidades, mas também se organiza nessa nova esfera pública de Castells. Espaços foram criados independentes, como mostra a seguir:

Essas formas de organização autônomas do hip-hop no Brasil revelaram a sua face de movimento social ao criar intervenções urbanas e formas de participação na esfera pública. Apesar disso, entendemos que o hip-hop não produz líderes, no sentido clássico do termo, isto é, de uma pessoa que conduz a um fim, mas sim intelectuais públicos (Nascimento, 2003), ou seja, pessoas engajadas na sua práxis de transformação sócio-espacial. A



“liderança” desses intelectuais públicos surge da legitimidade das ações dos sujeitos e de seu discurso político. (Oliveira, 2011, p. 96 e 97).

Com páginas de grupos no facebook, seja sobre o movimento ou seus elementos, o hip hop está inserido na esfera pública, com vários vídeos divulgados por meio do you tube, divulgações com discografias ou audiovisuais, como documentários, partilhando imagens de atividades, embora ao ar-livre. O MH2O (Movimento Hip Hop Organizado), entre suas reivindicações no ano de 2013 a Secretaria de Cultura de São Paulo, consta, referente à comunicação, um fomento aos estúdios públicos municipais de gravação, rádios e TVs comunitárias, WebTVs, como espaços de produção autônoma para o movimento, para que eles pudessem canalizar os trabalhos de forma independente. Tomamos como base o MH2O, por ser considerada a maior organização de Hip Hop do Brasil, com mais de cinco mil membros distribuídos em quatro regiões do país.

Considerações Finais

O Hip Hop mostra que quer estar além dos lugares físicos, além do tempo e espaço, que lhe é proporcionado atualmente. Embora uma cultura de rua, que ganha cada vez mais os espaços centrais, contornando os novos espaços públicos, o movimento, levando em consideração as organizações de todo país, tenta cada vez mais expandir suas atividades por meio de todos os elementos MC, o DJ, o B. Boys (Break) e o Graffiti.

Como sujeito político, o movimento social tem levado até mesmo por meio da educação, em suas oficinas a conscientização política e cidadã que garante uma só voz no movimento. Seja de brancos, negros, índios, mulheres, homens, homossexuais, independentes de gênero e raça ou qualquer outra denominação binária ou antagônica que possa existir. O movimento intercultural, por meio de suas manifestações estéticas, representa um todo muito mais em uma manifestação política, nos mais diversos espaços públicos.

Os jovens participam do movimento expressando sua esperança, debatendo, criticando e participando de diversas ações que colaboram também com a escolha de políticas públicas nas cidades, estados e até mesmo no país, sendo uma importante base, então na transformação social. Mostra-se um movimento plural, assim como é nosso país. Intercultural, mostra que onde há diferença, há também integração. Há sentido no hip hop ligado a cultura e política, assim como a política tem sentido quando há inserções do hip hop.

Sendo considerado um movimento independente e autônomo, ele tem as características da autocomunicação, o que garante sua liberdade em comunicar, o que torna



mais difícil “calar essa voz”, ainda mais em um movimento em que não há líderes, portanto, todos podem realizar sua manifestação. A mensagem do movimento vai chegar. De quem ela depende é que é a questão.

O mensageiro tem que ter conhecimento do que faz e pode alcançar muito além do tempo presente. O hip hop, justamente por essas características apresentadas, pode ser no futuro um dos mais significativos movimentos se souberem o potencial de sua mensagem, principalmente, devido a essa organização que, para muitos, é desorganizada. Todos os envolvidos têm habilidade em algum elemento, tem conhecimento, e pode difundir sua mensagem por meio desse.

No hip hop, o quinto elemento conhecido pelos participantes é o “conhecimento”, que está para difundir não só questões políticas, econômica e sociais, bem como valores humanos. De qualquer forma, a partir dessa discussão, é lançado um novo desafio. É possível pensar numa desterritorialização para dentro do grupo social, uma diáspora centrípeta que dá substância ao discurso comunitário e alternativo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, J.L. A Diferença Cultural como Processo de Negociação. *Rizoma*. 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/240-of7a-st4.pdf>. Acesso em 10 jan 2014.

BHABHA, H.K. **O local da cultura**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001

BLACK SOUND. *História do Hip Hop no Brasil: como tudo deu início*. Black Sound, 2009. Disponível: <http://archive.is/ep79F>. Acesso: 10 de jan 2014.

BORELLI, S.H.S; OLIVEIRA, R.C.A. Utopia y Praxis Latinoamericana. **Maracaibo**, Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162010000300005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 18 de janeiro 2014.

CANCLINI, N.G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. 1. ed. **Rio de Janeiro**: Zahar, 2012.

CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**. p. 78-93, 2008. Disponível em <http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>.

DRYZEK, J.S. Legitimidade e Economia na Democracia Deliberativa. In: COELHO, Vera Schattan P. e NOBRE, Marcos (org). Participação e Deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Editora 34: 2004.



GEERTZ, C. A **Interpretação das Culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2008.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GUEDES, E.N. *Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses*. Universidade Federal do Maranhão. 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>. Acesso em 10 de jan de 2014.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: _____, *Direito e democracia. Entre factilidade e validade*. Trad. Flávio B. Siebeneichler. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro: 2003.

HALL, S. **Identidade cultural na pós modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KELNNER, D. **A cultura de mídia**. 1 ed. Bauru: EDUSC, 1995.

MAIA, R.C.M. Esfera pública e os media na trajetória do pensamento de Jurgen Habermas. In *Esfera pública, redes e jornalismo*/[Angela Marques; Caio Túlio Costa; Carlos Costa, Cláudio Novaes Pinto Coelho; Dimas Kunsch; Dulcília Buitoni ET al.] – Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop**. São Paulo: Educ, 2011. Nação Hip Hop. Manifesto Nação Hip Hop Brasil. Disponível em: http://www.nacaohiphopbrasil.com.br/?page_id=234. Acesso em 10 de jan de 2014.

OLIVEIRA, D. Cultura Política Urbana: Uma análise da inscrição territorial do hip-hop no bairro de Monjolos, São Gonçalo (RJ). **Revista Crítica Cultural**. 2011.

Periferia em Movimento. HIP HOP: Conheça as reivindicações do Movimento Hip Hop Organizado (MH2O) à secretaria de cultura da cidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.wordpress.com/2013/04/13/hip-hop-conheca-as-reivindicacoes-do-movimento-hip-hop-organizado-mh2o-a-secretaria-de-cultura-da-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em 10 de jan de 2014.

PIMENTA, L.M. A formação da opinião pública e as inter-relações com a mídia e o sistema político. **Compolítica**, 2011. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_jp-lidiane.pdf. Acesso em 10 de jan de 2014.

RIBEIRO, C.C.R. Novas formas de vivências nas Polis brasileiras? A ação transformadora da realidade urbana brasileira pelo movimento hip hop. **Seminário paisagem e participação**, 2006. Disponível em:

http://www.usp.br/fau/eventos/paisagemeparticipacao/movimentossociais/A02_hiphop.pdf . Acesso em: 10 jan 2014.

RICHARD, B. **Hip Hop: Consciência e Atitude**. 1. ed. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

RODRIGUES, B.G. Espaço, política e cultura: Breves considerações acerca do movimento hip-hop. **Revista Crítica Cultural**, 2011.

TAVARES, J.C. Atitude, Crítica Social e Cultura Hip-Hop: A Face Afrodescendente dos Intelectuais Público Brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/036/36tavares.htm>. Acesso em 10 de jan de 2014.